

mercado

Revisão tira 1,7 mi de famílias unipessoais do Bolsa Família

**Continuação da pág. A11**

Um primeiro passo foi dado em 2023, com a integração com o Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais), base para benefícios da Previdência Social, que permitiu a atualização automática da renda de 18,5 milhões de pessoas e poupou R\$ 7,8 bilhões em pagamentos que não eram mais devidos pelos critérios do programa.

O desafio agora é replicar o modelo com outros sistemas. Um exemplo prático ilustra o problema. Enquanto o Cnis consegue puxar automaticamente registros civis de nascimento e óbito, o agente social precisa analisar as certidões e pedir a exclusão de falecidos manualmente.

“Vamos mudar isso ao longo de 2024. Fazer sistema não é uma coisa simples, tem que validar a base de dados, criar regras para o uso e testar”, diz Bartholo.

Outro projeto para 2024 é georreferenciar os dados do CadÚnico por setor censitário. Assim como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontou lugares onde ninguém mora no Brasil, o MDS quer visualizar onde estão erros, acertos e os “vazios de proteção social”.

“Onde tem mais crianças fora da escola e qual é a distância do equipamento público mais próxima?”, exemplifica a secretária.

Segundo ela, o uso dos dados do IBGE vai permitir identificar em quais regiões há maior proporção de cadastros desatualizados ou um percentual atípico de beneficiários unipessoais do Bolsa Família. O diagnóstico será uma ferramenta para direcionar as ações da política pública.

Apesar dos avanços na consistência do cadastro, a economista Laura Muller Machado, ex-secretária de Desenvolvimento Social do Governo de São Paulo e colunista da Folha, diz que a estratégia do MDS para corrigir o problema dos unipessoais pode ser aprimorada.

“Não entendi o parâmetro para chegar nesses 16% [de limite]. Me parece bem-vindo ter um parâmetro de referência para controlar, mas pode ser que tenha diferença entre territórios. Melhor do que ter um parâmetro normativo nacional é garantir que tenha um cadastro de qualidade”, afirma.

Machado destaca que há um fenômeno mundial de expansão das famílias unipessoais, cujas raízes os cientistas sociais ainda buscam compreender. Por isso, ela avalia que o teto pode se mostrar inadequado em algumas regiões.

Além disso, a economista observa que, embora um contingente relevante de unipessoais tenha sido excluído do Bolsa Família, há ainda um número expressivo dessas famílias no CadÚnico. Em dezembro passado, eram 15,46 milhões, 5,4% a mais do que em igual mês de 2022.

“Isso mostra que precisa tomar bastante cuidado. Ainda não há uma conclusão dos cientistas sociais sobre o crescimento dos unipessoais. Também me preocupa o programa seguir incentivando a quebra do núcleo, a declaração incorreta”, afirma Machado.

Segundo ela, o fato de o governo Lula manter um valor mínimo de R\$ 600 por família faz com que algumas distorções se perpetuem. “O que corrigiria automaticamente é ter um programa com valor per capita”, diz.

Ao menos 10 mil servidores atuam em cargos obsoletos

Funções como datilógrafo e açougueiro seguem ocupadas por profissionais

VIDA PÚBLICA

Luaney Galdeano

**RIO DE JANEIRO** Profissões como açougueiro, vaqueiro, recreador e vendedor de artesanato não costumam ser associadas ao setor público. No entanto, pelo menos 10 mil servidores no Executivo federal, ou 2% do total de permanentes, ocupam cargos em funções como essas, desde áreas obsoletas, como editor de videotape, até outras hoje exercidas por terceirizados, como cozinheiros.

Especialistas afirmam que reestruturar carreiras do Estado é a principal solução para evitar a obsolescência, com servidores tendo atribuições menos específicas e capacidade de atuar em diferentes órgãos públicos.

Adotar esse modelo está nos planos de longo prazo do governo, de acordo com José Celso Cardoso Jr., secretário de Gestão de Pessoas do MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos).

O governo planeja reduzir as 250 tabelas de remuneração e os mais de 300 agrupamentos de carreiras no setor para um número mais “racional”, ainda a ser determinado.

Segundo o secretário, a pasta deve publicar uma portaria neste mês com diretrizes para nortear esse processo e buscar a aderência de órgãos e servidores ao longo do mandato.

Cardoso afirma que parte dessas diretrizes estão incorporadas no Concurso Nacional Unificado, dividido em sete áreas do conhecimento. Funções que já são mais universais e com vagas abertas, como analista de tecnologia da informação, devem abastecer mais de um ministério.

“É preciso fazer o que estamos chamando de racionalização do sistema, diminuindo o número de carreiras e transformando cargos vagos e obsoletos em cargos com atribui-



Natanel Galvão, 60, contratado como açougueiro na UFRRJ

ções mais amplas e modernas, para permitir a transversalidade e mobilidade.”

Hoje, há um excesso de funcionários em cargos atípicos, como afinador de instrumentos musicais e eletricitista de espetáculo. Muitas dessas funções já deixaram de existir por lei, embora ainda sejam ocupados por profissionais. É o caso dos datilógrafos, cargo extinto em 2018, que ainda soma mais de 1,8 mil servidores.

Os salários variam: um operador de máquina de lavanderia, por exemplo, pode ganhar R\$ 4.000, enquanto um recreador recebe cerca de R\$ 7.000, segundo o portal da transparência. Os dados sobre servidores são de dezembro de 2023 do Painel Estatístico de Pessoal do governo federal.

Quando um cargo deixa de existir, o servidor vai ocupar outro, com salário e atribuições similares. Enquanto o processo de eliminação da função não termina, é possível que os funcionários permaneçam na posição até que o último se aposente, e aí a carreira deixa de existir.

É o que ocorreu com Natanel Galvão, 60, contratado como açougueiro na UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) em 1985.

Ele entrou como celetista, antes de os concursos serem obrigatórios. Trabalhou por dez anos na cozinha do restaurante universitário e se tornou estatutário.

Quando o restaurante passou à iniciativa privada, foi transferido para um açougue

associado ao curso de zootecnia, onde preparavam as carnes para o refeitório.

Em 2011, o açougue foi fechado, e a carreira de açougueiro, extinta. Natanel se tornou então auxiliar da área administrativa do restaurante, responsável pelo controle de entrada dos alunos.

“Tive que me readaptar, fazer alguns cursos, porque aqui nós mexemos com informática e computador, que não tinham a ver com minha área.”

Essas ocupações são legadas de uma época que a maior parte dos contratos no setor público eram de regime jurídico único com direito à estabilidade, segundo Humberto Martins, professor de gestão pública da FDC (Fundação Dom Cabral).

Parte delas são anteriores à Constituição, que determinou a obrigatoriedade de passar por concurso público para entrar no setor.

Um terço dos 10 mil servidores trabalham em funções hoje ocupadas por terceirizados ou temporários, como motoristas, trabalhadores de cozinha e de limpeza.

Antes da Constituição, contratos sem vínculo permanen-

te eram menos comuns. O documento determinou que funcionários temporários podem ser admitidos se houver excepcional interesse público.

“A atividade não precisa estar dentro da estrutura do setor. Mesmo que esteja, pode ser exercida de outras formas de contratação que não aquela mais ligada ao exercício das funções que requerem o poder do Estado, como policiais e diplomatas”, afirma Martins.

Para ele, é provável que postos com atribuições particulares, como vaqueiro e recreador, estejam ligados a projetos específicos dentro dos órgãos, por não terem relação direta com políticas públicas, gestão ou outras áreas de apoio, como limpeza e cozinha.

Uma parte dessas profissões atípicas já passou por mudanças na gestão de pessoas da administração pública, com cargos extintos, terceirizados ou retirados do regime jurídico único. Reestruturar carreiras seria o próximo passo, segundo especialistas.

De acordo com Vera Monteiro, professora de direito administrativo da FGV (Fundação Getúlio Vargas), adotar tal modelo em toda a gestão pública exigiria uniformização de salário e benefícios, um desafio orçamentário. Por outro lado, reestruturar cargos levaria a gestão pública a concluir que muitas atividades não deveriam estar sob o regime jurídico único. “Não precisa acabar com a estabilidade para melhorar a gestão. Fazer um esforço para saber quais carreiras estão obsoletas e poder desligar um servidor por falta de desempenho já gera uma enorme melhora.”

Segundo Cardoso Jr., equiparações remuneratórias já são um plano do governo com orçamento previsto, uma vez que há defasagem salarial entre servidores. Até novembro do ano passado, por exemplo, funcionários da ANM (Agência Nacional de Mineração) tinham salário menor do que os de demais agências reguladoras, quando a pasta firmou acordo de equiparação.

Para Martins, ter excesso de servidores estatutários gera problemas para o Estado. Os profissionais podem ficar a vida toda no setor, mas ocupando cargos que poderiam ser temporários ou estar sob outras modalidades de contratação.

Indústrias do fumo e armas receberam R\$ 180 milhões em benefícios fiscais do governo

Mateus Vargas

**BRASÍLIA** Empresas dos setores de fumo e de armas receberam benefícios fiscais de mais de R\$ 180 milhões em 2021.

As informações referem-se a valores que deixaram de ser arrecadados em tributos federais e de incentivos relacionados a programas governamentais. Os dados foram incluídos em janeiro para consulta no Portal da Transparência.

Um grupo de nove empresas da indústria bélica recebeu benefícios de R\$ 133,8 milhões no mesmo ano. A maior renúncia, de R\$ 95,4 milhões, foi concedida para a CBC (Companhia Brasileira de Cartuchos). Em seguida, a Taurus foi beneficiada em R\$ 30,3 milhões.

Entre as empresas ligadas à produção de cigarros, as maiores renúncias são da Tobacco House e Philip Morris, fabricante do Marlboro, com cerca de R\$ 9 milhões em benefícios para cada. No total, o setor reduziu pagamentos de tributos de R\$ 47,4 milhões.

O Congresso chegou a avaliar a cobrança de Imposto Seletivo sobre armas na reforma tributária aprovada em 2023. Na reta final da discussão na Câmara, um destaque apresentado pelo PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, derrubou o plano.

A reforma prevê este impos-

to para bens e serviços considerados prejudiciais à saúde, como cigarros e bebidas, o que ainda será regulamentado em lei complementar.

A Taurus disse que os valores das renúncias são de atos concessórios vigentes há décadas no Brasil, “absolutamente legais do ponto de vista da legislação tributária e que contemplam empresas exportadoras de todos os segmentos industriais, não apenas de armas”, afirmou a companhia.

A empresa declarou que os benefícios se referem ao drawback, ou seja, desoneração de produtos usados na fabricação

de mercadorias de exportação. A Taurus também disse que utiliza a Lei Rouanet, na qual “a empresa doou em incentivo à cultura brasileira e abateu valor do imposto, em pleno acordo com o previsto na legislação tributária brasileira”.

Em nota, a Philip Morris afirmou que os valores de renúncia também estão ligados à suspensão ou à eliminação de tributos para produtos que serão exportados. “São posteriormente revertidos em divisas para o Brasil, a partir do incentivo à exportação de itens de maior valor agregado

(no caso, tabaco é comprado aqui, transformado em cigarros e exportado, gerando divisas)”, disse a empresa.

A JTI afirmou que “está em total conformidade com a legislação vigente” ao se tornar beneficiária dos programas de renúncia fiscal. A empresa também afirmou ser positiva a transparência dada aos dados de benefícios.

Já a BAT Brasil (antiga Souza Cruz) disse que os benefícios são relacionados a programas como o Empresa Cidadã e Programa de Alimentação do Trabalhador. “A empresa ressalta que segue toda a le-

gislação pertinente ao tema nos mercados em que atua.”

Procuradas, as demais empresas citadas na reportagem não se manifestaram.

A Receita Federal passou a divulgar, em maio de 2023, os dados sobre parte das renúncias de 2021. O recorte soma R\$ 215 bilhões. A CGU (Controladoria-Geral da União) organizou as mesmas informações no Portal da Transparência, que já apresenta as despesas do governo, pagamentos de servidores e valores de emendas parlamentares, entre outros números.

Além de apontar o valor de renúncia por tributo, como Imposto de Importação, PIS/ Cofins-Importação e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o portal mostra o tipo de incentivo relacionado ao benefício.

A CBC, fabricante de cartuchos, obteve renúncias de R\$ 33,5 milhões em Cofins. A companhia ainda conseguiu benefícios de R\$ 1,4 milhão com o PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), em que empresas subsidiam a refeição do funcionário.

Os dados da CGU também mostram as empresas inscritas em regimes especiais de tributação. A CBC participa do Retid, que é voltado à indústria da defesa.

Pesquisa Datafolha, divulgada em agosto de 2023, apontou que 57% da população é contra incentivos fiscais a setores que produzem produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente, enquanto 41% disseram ser favoráveis.

Líderes em benefícios fiscais das indústrias de armas e fumo\*

Indústria das armas

Valor da renúncia fiscal, em R\$



\* Dados de 2021  
Fonte: CGU (Controladoria-Geral da União)

Indústria do fumo

Valor da renúncia fiscal, em R\$

